GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ROTEIRO HISTÓRICO DAS FORTIFICAÇÕES NO AMAZONAS

SEC-39592
- 4060 -

EDITADO PELO GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

ROTEIRO HISTÓRICO DAS FORTIFICAÇÕES NO AMAZONAS

Manaus — Amazonas
1966

AmM
1103

apresentação

ÊSTE Roteiro foi escrito, há anos, para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, a pedido de seu muito ilustre diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Visou-se, com êle, completar o inventário dos estabelecimentos militares que, sob a Colônia e sob o Império, asseguraram o exercício da soberania portuguêsa e brasileira no vasto mundo amazônico.

Dizemos completar. E' que Arthur Viana, o eminente historiador paraense, já nos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, havia divulgado o histórico das fortificações naquele Estado.

Valemo-nos, para elaborar a monografia que se reedita nas Edições do Govêrno do Amazonas, da documentação da seção de manuscritos da referida Biblioteca e Arquivo do Pará, e das "Falas" dos Presidentes da Província do Amazonas. Constituem um Roteiro e não uma história pormenorizada, que, um dia, alguém pode e deve escrever.

MANAUS, setembro de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

A EMPRÊSA da incorporação da Amazônia ao império lusitano foi levada a têrmo mediante um esfôrço que exigiu, de par com a atividade pacífica dos colonos, dos missionários, das autoridades administrativas, um equipamento militar que se materializou principalmente no levantamento de estabelecimentos militares pelo litoral, pela hinterlândia e pelos trechos de fronteira com os domínios coloniais espanhóis e franceses, e na feitura de uma flotilha de guerra que fiscalizou as portas do vale.

Essa construção de estabelecimentos militares, que foram fortes ou simples acampamentos, de ar simplista, era, aliás, uma das feições que particularizavam a atuação imperial dos portuguêses, que plantavam suas colônias defendendo-as imediatamente, ou assinalando-as pela eloqüência das bôcas de fogo dos castelos que semeavam por onde passavam.

Na Amazônia, de par com as raízes econômicas, que Roberto Simonsen e Moacir Paixão assinalaram com tanta precisão e o autor dêste ensaio já também registrou como uma das mais eloqüentes razões do descobrimento e da conquista do espaço amazônico, minuciando as intenções mercantis que guiaram o pensamento dos estadistas reinóis, houve, evidentemente, fortes razões de natureza espiritual explicando a penetração e o domínio, que se fixou através mil dificuldades compenetrantes e sólidos fundamentos, como houve igualmente os motivos heróicos, de defesa contra a ambição estrangeira, incessante, ameaçadora, mas sempre contrariada.

Entreverando, inicialmente, com os concorrentes que vinham da Britânia, da Irlanda e dos Países Baixos, os portuguêses tiveram, mais tarde, de haver-se com franceses que desciam da Guiana, como por fim entestaram, sem o estrépito esperado, com os espanhóis, no Solimões, no alto Rio Negro e no vale do Rio Branco.

Partindo do fortim do Presépio, a cuja sombra se foi construindo o núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, os portuguêses alcançaram o espaço que, na geografia política brasileira, é o Estado do Amazonas. Como no espaço aquém Nhamundá, montaram por lá os seus fortins e os seus acampamentos. Os fortins foram : São José do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco e São Francisco Xavier de Tabatinga. Os acampamentos : Barcelos, com uma pequena bateria, São José do Javari, São Fernando do Içá, Tefé, Coarí, Borba.

Os fortins, construídos com os elementos que o meio permitiu, artilhados convenientemente, chegaram em mau estado ao Brasil-Império. Nos primeiros tempos do nôvo regime, não sofreram os reparos necessários. Sua eficiência, conseqüentemente, era nenhuma. Viajantes que desciam ou subiam o Solimões, o Negro e o Branco, falavam dos estabelecimentos sorrindo do poder bélico que poderiam oferecer. Esboroados, valiam mais ou quase ùnicamente como documentários do passado, interessando antes à história militar, à história artística, mesmo porque jamais tinham tido ocasião de entrar em atividade cortando o passo a quem ousasse penetrar o territorio que deviam defender. Reduziam-se, como o de Tabatinga, a pôsto fiscal, identificando os estrangeiros que passavam a fronteira.

Mais de uma vez, porém, presidentes da Província do Amazonas solicitaram, do govêrno imperial, atenção para o estado em que êles se encontravam, dando um triste índice do descaso que ia por sôbre o equipamento defensivo da Província

e, no fim de contas, do Império. E' preciso, aliás, registrar que antes do Amazonas ter sido elevado à condição de Província, quando, portanto, era simples comarca do Pará, os presidentes daquela unidade nacional se dirigiram aos ministros da guerra propondo o assunto e insistindo por medidas que restaurassem os monumentos que falavam bem do passado, mas estavam falando mal do presente.

E' certo, também, que por vêzes, como teremos ocasião de verificar páginas adiante dêste ensaio, se fizeram reparos, tentando salvar alguma coisa daquelas peças do patrimônio imperial. Tudo, todavia, sem um sentido de restauração definitiva ou remodelação para melhor. Já em 1825, o capitão João Henriques de Matos tinha sido enviado a levantar a planta dos fortins "das fronteiras com o Peru, Venezuela e Guiana Inglêsa", orçar as despesas com possíveis reparações, indicando o estado em que se encontravam, inclusive o material de que dispunham. João Henriques, que era oficial competente e brioso, deu contas de sua comissão num relatório em que registrou sem exageros a triste condição em que encontrou as ditas praças, que não ofereciam segurança para qualquer ação que nelas repousasse. Posteriormente, novas verificações se haviam levado a têrmo, sempre com as mesmas referências a mau estado dos estabelecimentos, que exigiam um programa de vulto para possuir eficiência bastante.

Só em 1870, ante a verificação continuada de que se impunha o reaparelhamento das praças coloniais, o govêrno imperial decidiu-se atacar as obras mais necessárias, realizando um amplo plano, executado em parte por uma comissão de militares, chefiada pelo coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, mais tarde substituído pelo coronel José Clarindo de Queirós.

Essa comissão que lutou com a falta de recursos materiais e financeiros, pois grande parte do necessário tinha de ser adquirido no Pará e a verba que se concedera não ia além dos

30:000$000 ... projetou uma reforma total do sistema de fortificações, ampliando fundamente a extensão de estabelecimentos a construir para uma efetiva defesa dos contérminos nacionais.

Pelo plano, da autoria do coronel Antônio Tibúrcio, a rêde de fortificações que vinha do período colonial era insuficiente, devendo ser alterada ou completada :

a) uma praça forte em Tabatinga, uma fortificação fechada em Santo Antônio e um pôsto militar no Capacete (zona do Solimões);

b) um fortim e uma guarnição na confluência do Tecuaí (zona do Javari);

c) um destacamento no ponto em que qualquer das margens fôr cortada pelo paralelo de dez graus de L.S. (zona do Jutaí);

d) um destacamento no lugar em que as margens forem cortadas pelo paralelo de dez graus de L. S. (zona do Juruá);

e) um pôsto fortificado nas terras altas da foz e um outro próximo ao ponto em que a linha de limites com o Peru cortar o rio (zona do Içá);

f) um pôsto fortificado na confluência do Apaporis (zona do Japurá);

g) um destacamento no lugar em que as margens forem interceptadas pelo paralelo de dez graus de L.S. (zona do Purus);

h) reparação do atual forte de S. Gabriel, uma fortificação fechada no ponto de Cucuí e aumento das duas guarnições (zona do Rio Negro);

i) um destacamento e fortim na confluência do Tiquié (zona do Uaupés);

j) um destacamento e um fortim na ilha Içana em frente à embocadura do rio do mesmo nome (zona do Içana);

l) um destacamento e um fortim na povoação de S. Marcelino, situado na foz do rio Xié (zona do Xié);

m) um destacamento e uma fortificação na antiga povoação de Caldas (zona do Cauaborís);

n) um destacamento e uma fortificação em qualquer das margens do canal do Maturacá, em lugar próximo ao encontro das mesmas margens com a linha imaginária que vem da pedra de Cucuí à serra Pacaraima, isto é, a parte mais boreal da serra Pacaraima (zona do canal do Maturacá);

o) conservação do destacamento de Santo Antônio e fundação de um monumento armado em frente à foz do Beni e ocupação militar de tôdas as embocaduras dos rios da margem esquerda que comunicam com o Purus e dos que têm suas nascentes além dos dez graus de L.S. (zona do Madeira);

p) reparação do forte de S. Joaquim e estabelecimento de um pôsto fortificado no lugar em que confluem o Maú e Tacutu, e mais outro na língua de terra que dá passagem do Rupunuri para o Surumu, confluente do alto Tacutu (zona do Rio Branco) (1).

Para a execução dêsse programa, que cobria tôda a orla lindeira com a Guiana Britânica, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, o coronel Antônio Tibúrcio requeria "cêrca de dois mil homens de infantaria e artilharia, avultado número de oficiais daquela última arma e grande dispêndio com materiais

---

(1) — Relatório do Inspetor das fortificações ao presidente da Província do Amazonas, anexo à "Fala" dirigida à Assembléia Provincial em 8 de julho de 1872.

de guerra e meios de locomoção, cousas estas que (não me é dado reconhecer) serão ou não comportáveis atualmente pelo estado de nossas finanças".

Palavra segura, a do coronel Tibúrcio, seu sucessor não a pôs sob reservas, antes aprovando o plano, que seria o mais perfeito para ajustar à realidade ambiente a defesa da Província em sua orla contérmina. As obras ordenadas, todavia, não se estenderam de molde a executar-se o plano, resumindo-se a Tabatinga e à colocação de destacamentos em Santo Antônio do Içá e Purus e Santo Antônio do Madeira. Já então havia guarnição em Cucuí, estando abandonado Marabitanas.

No período republicano, a política das fortificações das fronteiras amazonenses não foi continuada. Não despertou interêsse. Obedecendo já ao pensamento de que devíamos manter boa vizinhança com as repúblicas que nos cercavam, nenhuma obra, em conseqüência, de vulto, se realizou beneficiando os velhos estabelecimentos que foram caindo em abandono total, quase desaparecendo, como sucedeu com São Gabriel e São Joaquim. Guarnecidos tôda vez que havia razão imperiosa exigindo atenção, dêsses fortins apenas restam as ruínas de São Joaquim, vagos vestígios de São Gabriel e pouca coisa do que sob o Império foi construído em Tabatinga. Evidentemente, as fortificações que algum dia existiram no Amazonas são hoje apenas tema histórico, tema que interessa o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o conhecimento do que realizaram os homens de ontem nos setores da inteligência e da defesa do território nacional. Passemos, pois, a examiná-las uma a uma, à luz do que resta nos arquivos e nos foi dado verificar.

SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO

Não é página definitiva ainda a origem do forte de São José do Rio Negro. Os cronistas, como Alexandre Rodrigues

Ferreira, Baena, Araújo Amazonas, Ribeiro de Sampaio, André Fernandes de Sousa, Bertino Miranda, que riscaram o primeiro noticiário acêrca da história antiga do Amazonas, não esclareceram o assunto. Quem escreve estas linhas, procurando fixar a data exata da fundação e o nome do fundador, apesar das pesquisas que realizou para a monografia "Manaus e outras vilas", editada em 1934, também não conseguiu elementos suficientes para o informe definitivo.

Pela ordem cronológica, foi Ribeiro de Sampaio quem primeiro registrou o assunto : "O general do estado Antônio de Albuquerque Coelho mandou edificar a fortaleza da barra dêste rio por Francisco da Motta Falcão, e foi o seu primeiro comandante Angélico de Barros" (2).

Alexandre Rodrigues Ferreira, escrevendo em 1786, disse : "Escreve o doutor ouvidor Ribeiro de Sampaio que a erigira Francisco da Motta Falcão, por ordem do general do Estado Albuquerque Coelho, ou Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho" (3).

Baena, no "Ensaio Corográfico do Pará" : "No centro dêste lugar em paragem alterosa e à borda do rio jaz um pequeno Forte denominado São José, erguido à custa de Manoel da Motta Siqueira" (4).

Araújo Amazonas : "As informações da importância do Rio Negro, ministradas por Favella ao dito governador do estado, determinarão-no a cometer em 1669 a Francisco da Motta a fundação da Fortaleza de São José do Rio Negro" (5).

---

(2) — **Diário da Viagem**, pág. 89. Lisboa, 1825.

(3) — **Diário da Viagem Philosophica**, Revista do Inst. H. Brasileiro, tomo L, pág. 110.

(4) — No **Compêndio das Eras**, Baena nada refere a respeito.

(5) — **Diccionario Topographico**, pág. 233.

Bertino Miranda : "A história de Manaos data de dois séculos. A Fortaleza precede ao povoado. Já em 1700 vemol-a em attitude bellicosa. Foi construida por Manoel da Motta Falcão, cuja familia parece ter sido especialista em obras desta natureza" (6).

No tocante a documentário, o que há a respeito é pouco e não traz mais luz : uma carta do capitão Antônio Miranda, de Belém, 25 de março de 1695, sôbre a penetração espanhola no Solimões, até onde êle fôra em missão diplomático-militar do govêrno português; um ofício de Bernardo Pereira de Berredo, Capitão-General do Maranhão e Grão-Pará de 8 de julho de 1719, ao govêrno reinol. Neste, encontramos o seguinte período : "casa forte do Rio Negro que desemboca no das Amazonas sendo instituída só afim de evitar o gravissimo damno que nos segue das negociações com os estrangeiros" (7). Naquela, êste trecho : "Naquella casa forte que Sua Magestade foi servido mandar fazer naquella parte para milhor segurança sua para viverem livres de seus inimigos" (8).

Nenhuma luz, como vemos, sôbre a data da fundação do forte, como nenhuma referência ao nome de quem estabeleceu a praça.

Aprígio Meneses, Agnelo Bittencourt, João Batista Faria e Sousa, Monteiro de Sousa, nos epítomes de história amazonense, que escreveram e divulgaram em almanaques, revistas e jornais de Manaus, são unânimes em conceder a Francisco da Mota Falcão as honras de fundador do fortim, como em datá-lo de 1669. Como Augusto Fausto de Sousa, na monografia acêrca das "Fortificações no Brasil", estampada na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", tomo 48, parte II, pág. 57,

---

(6) — **A Cidade de Manáos**, pág. 2.

(7) — **Anexos à primeira memória brasileira**, pág. 30.

(8) — **Anexos**, citados, pág. 9.

que diz: "Foi construído em 1669, por Francisco da Motta Falcão e seu filho Manoel da Motta Siqueira, por ordem do governador Antônio de Albuquerque Coelho".

Filipe de Betendorf, que nos deixou uma preciosa "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", que enriquece as páginas do tomo 72 da "Revista do Inst. Hist. Brasileiro", às 525 e 616 referiu: "logo que se acabasse (1689) a casa forte que Sua Magestade mandara fazer, para segurança, contra o muito gentio barbaro daquele rio. " "Era capitão daquella fortaleza e superintendente da do Paru e Rio Negro, feitas a sua custa, o capitão Manoel da Motta, filho natural de Manoel da Motta, que primeiro alcançou estes postos com a condição de fazer aquellas fortalezas".

Do exame que fomos fazendo dêsses depoimentos e dêsse parquíssimo documentário, a conclusão a que chegamos até o presente é que foi Francisco da Mota Falcão o fundador do forte. E chegamos a essa conclusão que não será ainda definitiva, seguindo inicialmente a lição do ouvidor Ribeiro de Sampaio. Essa autoridade, por ordem régia, a fim de documentar-se o Reino na defesa de sua soberania sôbre os vales do Rio Negro, Branco e Solimões, na contenda que sustentava com Espanha, realizou uma devassa pormenorizada ouvindo velhos sertanistas, examinando as peças arquivais que encontrou. Essas devassas permitiram que o Ouvidor, que acumulava as funções de Intendente do Comércio, Agricultura e Manufaturas da Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, escrevesse no "Diário da viagem", que realizou por tôda a hinterlândia amazonense, entre 1774 e 1775, uma súmula histórica que é fonte preciosa para o conhecimento das origens daquele Estado.

Uma carta régia, de 15 de dezembro de 1684, autorizara Manuel da Mota Siqueira a construir quatro fortalezas, no espaço de quatro anos, ao longo do Amazonas, concedendo-se-lhe o comando, por três vidas, do estabelecimento que escolhesse

entre os quatro que houvesse construído. Manuel da Mota Siqueira era então Superintendente das Fortificações. Ano de 1684, o da autorização. Em 1691, o jesuíta Samuel Fritz, que desceu e subiu o Amazonas e levantou a primeira carta minuciosa do vale, já falava da praça militar : "De noite chegamos à bocca do Rio Negro, onde o rei de Portugal, ha annos, mandou fazer uma fortaleza". Em 1697, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, capitão-general do Estado, no afã de conhecer das realidades dos territórios sob seu govêrno e verificar da infiltração de estrangeiros nas terras da coroa lusitana, atingiu o Rio Negro. E em carta a S. Majestade, submetida ao Conselho Ultramarino, referiu (26 de julho) que Manoel da Mota cumpria a autorização de erguer os quatro fortes, embora tivesse escolhido local reprovável e tivesse feito obra de pequena eficiência, sem artilharia e sem utilização de material resistente. Essas fortificações seriam, segundo Artur Viana, São José do Rio Negro, Acaquí, Santarém e Paru. O capitão-general, na correição administrativa, encontrou de pé as de Santarém, Paru e São José do Rio Negro.

Pelo que estamos divulgando, vem logo a dúvida : Mota Falcão como dissemos acima, ou Mota Siqueira, filho natural daquele ? Uns autores escrevem, como vimos, que Mota Falcão cumpriu ordens de Antônio de Albuquerque Coelho, em 1669. Outros afirmam que Mota Siqueira construiu a casa-forte devido à autorização régia, conseqüente a uma petição em que solicitara o serviço, na gestão de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Êste, pela carta-relatório, a que nos referimos e vem na íntegra no tomo inicial da série em que Joaquim Nabuco reuniu as provas da soberania brasileira no pleito que mantivemos com o govêrno de S. Majestade Britânica a propósito da fronteira com a Guiana Britânica — registra a execução dos trabalhos por Mota Siqueira em 1697, com relação a Paru, São José do Rio Negro e Santarém e vésperas de início com relação ao Acaquí, transferido para a angustura de Pauxis, posteriormente Óbidos.

E' preciso recordarmos aqui, agora, que na história político-administrativa da Amazônia houve dois governantes Coelho de Carvalho. O primeiro, como ensina Rodolfo Garcia, nas anotações com que ilustrou o "Diário" do Padre Fritz, nascido no Brasil, governou o Maranhão e Grão-Pará de 1667 a 1671. O segundo, filho do anterior, governou de 1690 a 1701.

De pronto surge, então, a pergunta : qual dos dois está ligado por medidas suas à construção do forte ? Se foi o primeiro, a construção, realmente, deve ter ocorrido dentro do período de sua gestão, podendo razoàvelmente ser 1669. Se foi o segundo, evidentemente, pouco antes de 1697, época de sua viagem ao interior.

A carta régia de 15 de dezembro de 1684, não será suficiente para decidir ? Queremos lembrar, porém, que, como bem escreveu Joaquim Nabuco, resumindo o esfôrço que os portuguêses realizaram para penetrar o sertão e empossar-se dêle, foi no govêrno do primeiro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho que Pedro da Costa Favela, velho sertanista que se titulava o mais afeito nas campanhas contra o gentio, atingiu o Rio Negro, ano de 1668, acompanhado de Frei Teodósio Viegas, Religioso das Mercês, verificando os perigos a que andava exposta a soberania lusitana, face o arrôjo dos estrangeiros, que cobiçavam o espaço amazônico desde a fase anterior à presença dos ibéricos. Tendo noticiado em Belém ao governador, a extensão da desenvoltura dos outros concorrentes ao domínio, aquela autoridade se teria movido a uma providência imediata, qual a do estabelecimento de um ponto fortificado no Rio Negro.

Todos os cronistas concordam na referência a essa viagem de Pedro da Costa Favela, confirmada por peças documentais, algumas até já divulgadas. A discordância é quanto à fundação do forte. Seria então que o primeiro Antônio de Albuquerque, ante o perigo, tivesse cruzado os braços, indiferente, esquecido, criminosamente, de suas obrigações ?

A casa-forte de São José do Rio Negro, ao que concluímos, foi levantada como uma proteção aos interêsses lusitanos no alto sertão amazônico, ao tempo do primeiro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, por Francisco da Mota Falcão. Obra, ligeira, conseqüente ao ruído da informação de Pedro da Costa Favela. Mais tarde, ante a autorização concedida a Mota Siqueira, que possuía o encargo de Superintendente das Fortificações no vale, obra de maior significação teria sido erigida, conquanto as reservas do segundo Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Nesse particular, insistimos, a palavra do ouvidor Ribeiro de Sampaio, pela autoridade de que estava investido, decorrente do inquérito a que já nos referimos atrás, é uma palavra segura, que faz fé, que impressiona, que deve ser aceita, mesmo porque em tudo quanto escreveu, em tôrno ao processo histórico inicial do Amazonas, há sempre um sentido de verdade integral.

Assim, construída, segundo a nossa conclusão, que não queremos seja uma verdade intangível, por Francisco da Mota Falcão, em 1669, reconstruída ou acabada para melhor antes de 1697, por Mota Siqueira, a casa-forte de São José do Rio Negro, que frei Cristóvão de Acuña a quem devemos o descritivo da baixada de Pedro Teixeira, em 1639, advogava como uma necessidade imperiosa para garantia dos interêsses da Coroa, em 1719 já não satisfazia para a manutenção da soberania lusitana. O capitão-general Pereira de Berredo, dirigindo-se a S. Majestade, a 4 de março, solicitava a providência de uma mudança do estabelecimento para outro sítio, onde pudesse satisfazer melhor as finalidades para que fôra erguido.

O capitão-general solicitava a medida, receioso da aventura dos holandeses de Surinam, que procuravam a colaboração do gentio das redondezas, penetravam o Rio Branco e já se avizinhavam do Rio Negro. O forte, levantado acima do encontro das águas do Rio Negro com a do Solimões, em uma faixa de terra entre igarapés, não podia impedir que os estran-

geiros atingissem o Amazonas ou Solimões, pois êsses, utilizando furos, escapariam à ação da praça. A medida pleiteada, evidentemente, apresentava seus fundamentos, tanto mais quanto Berredo queria que o nôvo forte fôsse levantado no furo do Jauperi, local que lhe parecia mais próprio e por onde não fugiriam os estrangeiros que ousassem avançar rio abaixo.

O Conselho Ultramarino, a 8 de julho do mesmo ano, estudou o assunto. Pesou-o bem. E aprovou o plano. D. João V, pela carta régia de 10 de outubro de 1720, ordenou a mudança desejada. Logo no ano seguinte, o capitão do forte, Diogo Roiz Pereira, requereu nomeação para o comando da nova praça, tendo sido mandado ouvir o governador do Maranhão e Grão-Pará. Não sabemos qual tenha sido a informação daquela autoridade. Mesmo porque o que interessa no momento é saber que a mudança, sugerida, aprovada e decretada, por motivos que não conseguimos apurar, à falta de documentação, não foi realizada, permanecendo o fortim na posição em que o haviam plantado.

Em 1749, suas condições não eram boas. José Miguel Aires, capitão-mor das ordenanças, técnico encarregado de verificar do estado em que se encontrava o aparelhamento defensivo da Amazônia, desde o litoral à alta hinterlândia, visitando o estabelecimento, descreveu-o assim :

> "A Fortaleza do Rio Negro, commandada pelo capitão João Rodrigues da Cruz he a unica de pedra, que tem o rio das Amazonas, só em tres angulos da parte do mar se achão fendidos, o que com pouca dispeza se pode remediar, da mesma sorte carece de coarteiz, por se acharem os que tem totalmente arruinados e igualmente o parapeito. Suposto no citio desta Fortaleza e a tal e coal forma de capela, esta não obstante faltarem-lhe alguns paramentos; não tem sacerdote, que diga missa e administre os

sacramentos (unica das Fortalezas em quem achei esta falta) a coal como fica ainda distante das aldeaz, onde em ocazião de necessidade se podia soccorrer, precizase nesta parte de que V. Exa. acuda com a providencia que for servido" (9).

Quanto ao material existente, Miguel Aires constatou o seguinte :

"Dez peças de artilharia ambas no chão sem carretas huma de cinco e outra de coatro.

4 cuxarras de cobre.
1 sacatrapo.
1 soquete.
17 ballas de artilharia.
12 pallanquetas.
6 dardos com xapas e recontros de ferro.
2 baionetaz.
2 sachos muito velhos.
4 ferros de cova muito velhos.
1 enxó de carpinteiro.
1 grissa.
2 escouperos.
1 martelo grande.
1 culher de pedreiro.
2 verrumas muito velhas.
1 serra de mão.
1 grilhão.
1 alabarda.
200 ballas de mosquete.
1 gonilha.
1 tronco".

No tocante à guarnição, havia apenas um tenente, um sargento e quatro praças. A serviço dessa guarnição, mas locali-

---

(9) — Relatório de Miguel Ayres, códice 1023, da B. A. Estadual.

zados no povoado nascente à sombra do forte, viviam o principal Mandú-Assú e 13 indígenas.

Fundada a Capitania de São José do Rio Negro, seu primeiro governador, Joaquim de Melo e Póvoas, promoveu pequenos melhoramentos no forte. Êsses melhoramentos, todavia, não lhe asseguraram maior eficiência, apesar de melhor artilhado. Pois se ainda em 1759, como que zombando de sua eficiência, os índios Mura, que assolavam a Capitania numa correria constante contra os europeus dominadores e seus aliados, entre o gentio, vindos do Solimões, onde suas sortidas eram mais intensas, assaltaram o aldeamento que se vinha formando à sombra do forte, arrebatando índias e dando morte a alguns índios, depois de uma rapinagem em regra.

Até então a praça constava de um pequeno "reduto de pedra e barro". À chegada de Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorria a Capitania recolhendo informes para a história natural e política, regional, a casa-forte não apresentava aspecto apreciável : as cortinas rachadas, "demolida uma representação do baluarte, e arruinado o seu pequeno parapeito, aonde estavam montadas peças, enquanto não arrebentou uma dellas..." Essas quatro peças haviam sido enviadas em 1783, por ordem de João Pereira Caldas, que chefiava a segunda comissão encarregada de proceder às demarcações, por parte de Portugal, das fronteiras com as dependências territoriais de Espanha, no vale amazônico.

No interior do fortim, segundo a palavra do naturalista baiano, havia mais "um quartel, para dous officiaes e alguns soldados da guarnição, o que é uma só casa grande coberta de palha, com as repartições precisas para servirem de quartéis, de armazem, e de calabouço". Então, a guarnição constava apenas de oito praças, inclusive o comandante.

São José do Rio Negro, pela posição que desfrutara, servindo de apoio aos sertanistas que subiam o Rio Negro na preia do gentio, tinha sido um estabelecimento cobiçado. Os

comandantes, negociando com os sertanistas, fechando os olhos ao que êles traziam na baixada, rumo de Belém, faziam seu pé-de-meia grosso, donde a disputa que se conhecia entre os candidatos ao cargo. O comando, todavia, estêve sempre em mãos de oficiais de patente reduzida : alferes e tenentes.

Passada a fase heróica da penetração, o fortim fôra perdendo a importância. Sua própria situação, que já vimos condenada no século de sua fundação, era criticada, indicando-se ao govêrno reinol a necessidade de localização mais abaixo. Alexandre Rodrigues Ferreira, concordando em que não era suficiente para guardar o passo, louvava, porém, a ereção ali, sugerindo que apenas se levantasse uma guarita, na margem oposta do Solimões, bastante para evitar surprêsas e fugas ao longo do Amazonas (10).

Em 1788, Frei Caetano Brandão, sexto Bispo do Pará, em desobriga pela paróquia de sua jurisdição, desembarcava no povoado anexo ao forte. E descrevia êste : "não tem mais que o nome; tirado o Lugar, que não deixa de ser próprio pela sua elevação".

Pelos anos adiante, não foi outra a impressão colhida pelos viajantes e pelas próprias autoridades superiores. Pereira Caldas, em cartas de 26 de setembro de 1783 e 19 de fevereiro de 1785, advogara, — com a transferência da sede governamental da capitania para Lugar da Barra, nome que se dava ao núcleo urbano que se formava à sombra do forte — o reaparelhamento do mesmo, que devia ser uma praça à altura de sua situação geográfica e da importância que possuiria quando a capital rionegrina fôsse no sítio que pleiteava.

Apesar de tôdas as vozes que se elevaram em favor do reequipamento do forte, nenhuma providência se tomou para beneficiá-lo. Em 1806, quando definitivamente se estabeleceu

---

(10) — **Diário** cit., **in** "Revista" cit., tomo 50, pág. 114.

em Lugar da Barra a capital da Capitania, a palhoça que abrigava a guarnição do forte, aumentada essa para oitenta praças, foi reconstruída, ou mais a rigor, substituída por edificação coberta de telha. Quanto ao forte, não se sabe de um só passo para dar-lhe significação como estabelecimento militar. Ficou como antes, esboroando-se, ou remendado aqui e ali.

No período logo posterior à Independência, quando tôda a Amazônia pagou um tributo de sangue e de sacrifícios econômicos pesado na experiência liberal que se intentava, o forte de São José do Rio Negro, como que ignorado em sua condição de praça militar, nenhum sinal deu de si. Em nenhum incidente político-militar foi parte. Durante mesmo as escaramuças de 1832, que marcaram o primeiro gesto marcial dos amazonenses na defesa de sua autonomia, São José não foi objeto de cogitação dos patriotas para a campanha, preferindo êles o ponto das Lages e o sítio do Bonfim, fronteiro àquele para a colocação da artilharia com a qual bombardearam a expedição que vinha de Belém a fim de restabelecer a ordem.

No ano de 1852, quando se iniciava a vida autônoma do Amazonas, elevado à categoria de Província do Império, seu primeiro presidente, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, no relatório que endereçou ao Ministro do Império, disse : "O forte desta capital tem apenas as arruinadas muralhas. O local é o mais impróprio; e ainda que se despendessem sommas consideraveis para sua reedificação, de utilidade alguma poderia servir, a não ser para signaes de regosijo em dias de festa nacional" (11).

E reduzido a salvar nas datas nacionais, o forte de São José do Rio Negro, que garantira o povoado que é hoje a cidade de Manaus, levantado para defender a soberania lusitana no alto sertão amazônico, negado como acabamos de ver em sua eficiên-

---

(11) — "Relatório", de 30 de abril de 1852.

cia, só uma vez ou outra remendado em suas muralhas pelo Aviso de 14 de fevereiro de 1857, passava a ser considerado de segunda ordem. Pelo Aviso de 22 de maio de 1875, foi mandado abandonar. A artilharia, recolhida ao armazém de artigos bélicos de Manaus, seus últimos vestígios desapareciam. No local onde existiu, o govêrno provincial construiu mais tarde o edifício da tesouraria de fazenda, atualmente a diretoria da fazenda estadual.

SÃO GABRIEL

A demarcação da fronteira dos territórios amazônicos que Portugal e Espanha disputavam tinha sido determinada pelo Tratado de Madri, de 1750. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, fôra designado para chefiar a partida lusitana. Subira de Belém ao Rio Negro, fixando seu quartel no aldeamento de Mariuá, que os Carmelitas haviam organizado. Multiplicara-se em providências para que a comissão resultasse profícua para os interêsses de sua pátria. Examinara as possibilidades de criar no alto sertão núcleos populacionais, que garantissem a soberania reinol (12), pleiteando, por fim, para complemento de tôdas as suas providências, de natureza pragmática, a criação, que conseguiu, da Capitania de São José do Rio Negro.

Na região norte da Capitania, a infiltração espanhola exigia uma preocupação permanente das autoridades. Por ali deviam descer os demarcadores estrangeiros. Jesuítas, a serviço de Espanha, trabalhavam pelo Orenoco e Cassiquiarí, procurando aproximar-se do alto Rio Negro, a fim de alcançar o trecho das

---

(12) — Seguimos, na referência a essas condições da Capitania e às medidas governamentais, o documentário imenso que se guarda na seção de manuscritos da Biblioteca Estadual Paraense.

cachoeiras, onde desejavam plantar domínio. Pelo tratado, justamente aquela zona devia ser objeto de cuidados especiais, devido à verificação da cordilheira de que se falava um tanto vagamente e seria a linha a marcar os contérminos das duas nações em seu ultramar amazônico. Mendonça Furtado ouvira os sertanistas que haviam desde o comêço do século atingido o Cassiquiarí. Defendia o ponto de vista de que tudo além das cachoeiras, até as cabeceiras do Rio Negro, integrava o domínio lusitano, inclusive as águas que viessem buscar o Amazonas, sendo espanholas apenas as que procurassem o Orenoco.

Nas instruções que enviou a seu sucessor, formuladas depois das verificações minuciosas que fêz executar por homens de sua inteira confiança, Mendonça assinalara a importância da região e os cuidados que devia impor.

Manuel Bernardo de Melo e Castro, que foi seu sucessor na governança da Amazônia e não na chefia da comissão, compreendendo a necessidade de vigiar aquêle passo, entrada quase franca para a Capitania, em conseqüência dedicou sua atenção ao assunto, que lhe parecia melindroso. Em sua correspondência com a Côrte reinol, constantemente batia a tecla de que não devia ficar relegado a tema de segunda ordem o da defesa da posição. Na correspondência que manteve, assídua, com Joaquim de Melo e Póvoas, governador do Rio Negro, insistiu na conveniência de guardá-la, a fim de evitar desgostos futuros, complicações que talvez não pudessem ser resolvidas a contento.

Foi, todavia, a entrada inopinada dos espanhóis, que vinham para as demarcações, através o Orenoco e o Cassiquiarí, o que determinou a providência militar. Ano de 1759 o da entrada dos espanhóis, que enviaram um próprio a Barcelos, capital da Capitania e onde se deviam encontrar as duas comissões de limites, comunicando a próxima chegada de D. José de Iturriaga, que dirigia a delegação espanhola. A essa

altura, os espanhóis, dando princípio à aventura da conquista do alto Rio Negro, situaram na zona das cachoeiras um alferes e vinte soldados, tomando contacto com a massa gentílica, que trabalharam imediatamente para sua Coroa.

O momento era grave. A Capitania estava desfalcada. Em Belém também não havia recursos bastantes. Manuel Bernardo, pressuroso, não esmoreceu. E remeteu para Barcelos um destacamento, que devia render o que guardava a capital rionegrina, mais uma companhia de granadeiros, sob o comando do capitão José da Silva Delgado, oficial competente e cheio de virtudes cívicas. Essa companhia, para as necessidades militares que ocorressem. E enviou também seis peças de artilharia, visto que os espanhóis desciam do Cassiquiarí carregando artilharia, e semeando fortificações por onde passavam !

Os espanhóis, cedendo à argumentação dos governantes lusitanos, em 1761 abandonaram as cachoeiras, não sem, todavia, ter seduzido a gentilidade. O perigo da infiltração, evidentemente, estava entrando pelos olhos do mais servido de boa fé.

Manuel Bernardo, como Melo e Póvoas e o sucessor dêste, o tenente-coronel Gabriel de Sousa Filgueiras, um soldado de brilhante fé de ofício na região, à vista de tudo isso, empenharam-se, sem mais reservas, na execução do plano de incorporação ao domínio pleno de Portugal dos territórios e águas do alto Rio Negro.

O capitão José da Silva Delgado foi mandado subir o rio, para estabelecer a soberania política de Portugal. A 22 de maio de 1761 recebeu instruções. Sem demora, cumprindo-as, montou uma casa-forte na ilha de São Gabriel, um armazém na cachoeira grande, estabelecendo as aldeias de São João Batista, Santa Isabel da Pedra, Nossa Senhora de Nazaré, São Sebastião, São Francisco Xavier e Santo Antônio e empossando-se dos povoados indígenas de São José, São Pedro, Santa Maria e São João Batista. Serviço completo, que punha ao abrigo de uma

surprêsa aquêles trechos longínquos da Capitania. Em agôsto do ano seguinte, comunicando o esfôrço que vinha despendendo para cumprir as obrigações que lhe tinham atribuído, o capitão Delgado informava a Manuel Bernardo : "A atalaya e o almazem de que vim emcarregado para mandar fazer está tudo comcluido, agora andace nadeligencia mandar fazer huma estrada daquella caxieyra até o porto da setima para se passarem por terra as cargas da Real espedição de Hespanha quando ali xegar" (13).

A atalaia, todavia, não pareceu suficiente nem com as proporções bastantes para a gravidade da emprêsa de guardar a entrada da Capitania. O substituto de José da Silva Delgado, em correspondência com o governador do Rio Negro e com Manuel Bernardo, expôs a necessidade de um estabelecimento maior e em ponto que não aquêle da ilha. Louvando o serviço de Delgado, Manuel Bernardo e Valério Correia Botelho de Andrade, nôvo governador do Rio Negro, ordenaram a construção de um reduto capaz de impor a vontade de Portugal aos estrangeiros ousados que tentassem penetrar pela violência os territórios nacionais naquele setor. Filipe Sturn, oficial alemão a serviço de Portugal desde a época da organização da partida de limites de Mendonça Furtado, foi escolhido para a execução do nôvo trabalho.

Já se encontrava êle no Rio Negro, vistoriando a fronteira, numa comissão audaciosa e perigosa, pois tinha de atingir o território onde os espanhóis se haviam estabelecido. Zona inconteste, por ser dentro do Cassiquiarí. Ao encargo, sem receios, deu então tôda a sua capacidade. Subiu o rio, passou as cachoeiras, examinou as posições dos vizinhos, levantou uma planta dos territórios e águas que percorrera, planejando a fortificação que se lhe encomendara. Sua correspondência, copiosa, a respeito, guardada em original na seção de manuscritos da Biblioteca Estadual Paraense, onde colhemos todo o

---

(13) — Carta de Delgado, com data de 29 de agôsto.

documentário de que nos estamos utilizando para esta monografia, é preciosa pela extensão de informações e pela série de sugestões que endereçou a seus superiores.

Filipe Sturn programava : "Na ilha de S. Gabriel aonde se acha o Cap. Simão Coelho me parece precizarse de mudança porque na dita ilha senão impede emnada a passagem aos castelhanos e dos indios fogidos que se retirão da obediencia de S. Magestade; como eu prezenciei em S. Carlos chegarem 19 indios fogidos hu dia antes da minha chegada, havendo passado pela cachoeyra grande da parte sul aonde me parece se deve fazer hua fortificação emsima da dita cachoeyra guarnecida com alguas pessas de artilharia, para evitar semilhantes dezerçoens de indios, como tão bem oporse as canoas que da parte de sima vierem dos inimigos por este passo tão perigozo.

"Nesta mesma parte se acha hua povoação nossa cituada em sima do outeiro e de fronte desta da parte do Norte sobre a mesma cachoeyra por onde se costumão passar as canoas para sima como para bayxo, se deve fazer outra fortificação guarnecida com alguas pessas de artilharia para disputar a passagem de qualquer inimigo que venha de sima e aquy se deve fazer hua povoação para adjutorio das canoas que passão por aquella cachoeyra, como se experimenta em a cachoeyra chamada do Bento com a povoação que aly se acha a meyo dia de viagem abaixo desta, e de mais o beneficio de ser em terra firme e poderem ir os soldados fazer suas cassadas para a sua sustentação sem o perigo de se alagarem e perderem armas com perca tãobem de vidas, como tem sucedido na guarnição da ilha de S. Gabriel.

"A guarita que novamente se fez asima com pouca destancia da cachoeyra grande se deve conservar e augmentar da mesma forma que delineei nos Marabitanas, porque neste porto precizamente todas as canoas que vem de sima hão de descarregar e dahy voltarem hora e meya de viagem pelo ryo asima para virem cair no canal que no meyo das cachoeyras e calderoens

se encaminha a cachoeyra grande e como toda aquella cercoferencia são alagadiços não tem outro dezembarque senão este aonde serão recebidas das tres fortificaçoens que são as duas que se devem fazer e a que está feita; e alem deste passo ha outros mays muito perigozos por onde forçosamente hão de passar os inimigos como he a cachoeyra do Cujuby, Asfurnas e a cachoeyra do Bento, esta ultima tão bem as canoas são obrigadas a descarregar" (14).

Noutra carta, de 2 de outubro de 1762, Sturn insistia na fortificação da cachoeira grande "aonde me parece necessaria toda cautela na sua fortificação para impedir o passo a qualquer invasão do inimigo. Caminho que precizamente ha de tomar na navegação que pretenderem fazer para estas novas povoaçoens que se achão abayxo das cachoeyras, por não haver outra passagem, o que se pode fazer com muita facilidade e pouco custo da Fazenda Real".

Manuel Bernardo já oficiara ao governador do Rio Negro em 30 de março, lembrando a fortificação daqueles sítios indicados posteriormente por Sturn. Ante, porém, as sugestões e considerações do engenheiro, não mais demorou na aprovação do plano e nas ordens para que imediatamente fôsse executado.

Filipe Sturn, em conseqüência, com instruções de Valério Correia Botelho de Andrade, seguiu em dezembro de 1762, de Barcelos para a cachoeira grande, "a effeito de formar naquelle citio hua fortificação, que possa, tanto pello Ryo, como pella terra impedir os passos ao inimigo, na forma em que já ponderey a V. Exa. — ; a este respeito tem o S. Gov. já muito antecipadamente ordenado ao comandante do Prezidio da ilha de S. Gabriel faça hu groço corte de madeiras, para que sem perda de tempo, assim que eu aly chegar se possa dar principio

---

(14) — Carta de Sturn a Manuel Bernardo, com data de 4 de agôsto de 1762.

á dita fortificação, naquella parte que eu achar mais conveniente" (15).

Os espanhóis, no velho objetivo de empossar-se na zona das cachoeiras, que bem sabiam estratégica, já em princípios do ano tinham tentado avançar, atrevendo-se a enviar destacamento que o ocupasse, desalojando a guarnição lusitana. Contidos na empreitada, teimavam na aventura, reunindo material e pessoal no Cassiquiarí, onde possuíam estabelecimentos em ordem para garantir a invasão. Estalando a guerra na Europa entre as duas nações ibéricas, a fortificação programada por Sturn naturalmente devia ser construída, para qualquer emergência. Demais, por fim, em 26 de setembro de 1762, a guarita erigida na ilha pelo capitão Simão Coelho Peixoto, guarita que constava de dois andares, o primeiro onde jogava a artilharia e o segundo onde ficava o comando, ardera quase tôda, desabrigando a fôrça que ali se concentrara.

Filipe Sturn, metendo ombros à emprêsa da construção, trabalhou com vontade. Principiando-a em janeiro de 1763, já em 28 de julho comunicava a Manuel Bernardo : "No que respeita a formadura desta Fortaleza, conforme a primeira planta que se enviou a V. Exa. mudey inteiramente aquella primeira ideya da estrêlla em hum quadrado perfeito, no qual apliquey quatro baluarte, proporcionado e regulado para o piqueno terreno e força da guarnição que a defenda, tudo vay feito em boas madeiras, em que tenho especial cuidado. Não remeto por hora a V. Exa. a planta e perfil desta obra por falta de tudo necessario, tanto papel como tinta" (16).

A 4 de julho, dirigindo-se ao governador da Capitania, informava : "Em hum do corrente montouse a artilharia em hum dos baluartes que se acha pronto e acabado de todo; os mays estão aterrando com toda a preça possivel".

---

(15) — Ofício de Sturn a Manuel Bernardo, datado de 22 de dezembro de 1762.

(16) — Ofício de Sturn a Melo e Castro, datado de 28 de julho de 1763.

Em setembro, explicava o governador Tinoco Valente ao capitão-general Ataíde Teive que "a dita fortaleza ainda não fica finda e já com principio de ruina". Sturn, que enfrentara tôdas as dificuldades para realizar obra perfeita, confessava que o madeirame utilizado não oferecia resistência. Aliás, é preciso sabermos que em Barcelos todos os edifícios construídos de ordem e sob a direção direta de Mendonça Furtado, cinco anos decorridos estavam também ruindo. Sturn, que fôra chamado a nôvo encargo importante, regressando em outubro, reparava o que parecia mais urgente, mandava sondar as possibilidades de se construir uma guarita nas cachoeiras do Uaupés, planejando outros estabelecimentos, de vez que não lhe satisfaziam, não lhe pareciam suficientes os que indicara aos seus superiores.

No ano de 1770, o capitão-general Ataíde Teive assentou a vista dos perigos a que a Capitania estava exposta, visto que os espanhóis pareciam em preparativos para uma incursão pelo Rio Negro, a reconstrução da casa-forte. Obra, todavia, que resistisse pelos dias adiante. Filipe Sturn, que não parava nos trabalhos técnicos que a todo momento lhe encomendavam, foi mais uma vez chamado. Em seu entender, dada a pouca resistência das madeiras regionais o estabelecimento devia ser feito de pedra e barro. A sugestão foi aceita. Mas só em 1775, fins do ano, teve início a nova construção.

Em 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira descreveu-a assim : "o que é ella verdadeiramente é um reduto, construido de pedra e barro, com dois meios baluartes na frente, e nas cortinas, que o fechão pelos lados e pela retaguarda. Guarnece-o exteriormente um tal ou qual fôsso, que o não circumvala, mas cinge o lado da frente para o rio, e o da parte da povoação. A parede da porta é a cortina da frente : contei 10 peças de ferro, montadas nas suas carretas, a saber, 6 de calibre 4, e 4 de calibre de meio : ha dentro delle 1 quartel para a guarnição, 1 parque darmas e mais petrexos de guerra, 1 pequena casa de polvora, 1 calabouço, etc., e todas estas casas, exceptuando a da polvora são cobertas de palha.

"Pela retaguarda do reduto se levanta um outeiro, que o domina, e é um terrivel padrasto, que se corresponde com elle a tiro de peça; necessitase por esta parte de um como contrareduto, que cubra a retaguarda do primeiro. Pela parte do rio é bem defensivel, porque o rio se coangusta de modo que o que apresenta é uma estreita garganta, defendida pelos meios baluartes superiores, ficando a povoação entre a primeira cachoeira da praia grande, e a segunda sobre que está levantado o reduto" (17).

Os constantes sobressaltos em que os espanhóis traziam a Capitania, sonhando e projetando diminuí-la tanto ao norte como a oeste, impunham precauções continuadas das autoridades, que, em conseqüência, jamais abandonaram São Gabriel. Lôbo d'Almada, que foi o governante mais diligente que a Capitania conheceu, tendo mesmo antes de administrá-la sido comandante do distrito das cachoeiras, mais de uma vez solicitou a atenção de seus superiores no Pará e no Reino para o equipamento da casa-forte, que tinha uma importância especial, a ponto de nela residir o comandante do distrito, que então como que compunha uma unidade político-militar com certa autonomia.

No período agitado da conquista da independência das colônias espanholas, os chamados "insurgentes", tendo conseguido dominar a zona do Orenoco e o Cassiquiarí, procuraram aproximar-se da fronteira rionegrina. Não vinham em tom hostil. Antes, desejavam entendimento, aproximação com as guarnições de São Gabriel e Marabitanas, às quais mesmo propuseram aliança, que alarmou os reinóis, motivando a remessa de reforços, ordens severas para reação a qualquer tentativa mais ousada dos patriotas venezuelanos. São Gabriel reequipada às pressas recebeu, com guarnição aumentada, artilharia nova que deveria falar na defesa dos propósitos imperiais de Portugal.

---

(17) — **Diário**, cit., in "Revista" cit., tomo 48, pág. 104.

Sob o Império, São Gabriel não foi de pronto submetida a reformas além dos pequenos reparos que lá mesmo se realizavam sem ser necessária presença de técnicos ou a remessa de material a grosso.

Em 1854, o major de artilharia Hilário Maximiano Antunes Gurjão visitou-a : "em o lugar mais alto da Freguezia está edificado o Forte, que lhe dá o nome, construido de pedra e cal, com canhoneiras para montar 16 canhões existindo 5 de calibre 6, e 3 de 4 em bom estado, precizando unicamente para poderem funcionar, serem montadas em reparos á Onofre. Não se poderia escolher melhor posição para se edificar um forte, do que esta, não só porque suas baterias teem ação sobre grande parte do rio, como porque descendo não oferece um só porto de desembarque, sem que as embarcações corram o risco das cachoeiras, e subindo apenas tem um que é batido completamente por uma bateria de três peças" (18).

Por ocasião do planejamento do grande programa de cobertura da orla lindeira com a Venezuela e Colômbia, ano de 1871, o capitão engenheiro João Ribeiro da Silva Júnior estudou a posição, sugerindo reparações e rearmamento da praça. Nenhuma providência, porém, foi tomada. Pelo que 1877, segundo a palavra do presidente do Amazonas, no "Relatório" ao seu sucessor, já estava "desarmado e arruinado". Embora, nêle ainda havia sete praças e um alferes.

Sob a República, São Gabriel extinguiu-se. D. Frederico Costa, que em 1908 lá estêve em desobriga como Bispo do Amazonas, na sua "Carta Pastoral", deixou êsse retrato do antigo pôsto militar : "Hoje apenas existem ruínas, pedras espalhadas, restos de muralhas e algumas peças de artilharia completamente inutilizadas". Essas pedras e restos de muralhas, devidamente aproveitadas, serviram às construções de igreja, hospital, escolas

---

(18) — Descrição da Viagem, divulgada na "Fala" do Presidente da Província do Amazonas, Manuel Gomes Correia de Miranda.

que os salesianos montaram, na cidade de S. Gabriel, já na terceira década do século XIX. Do forte, há apenas a reminiscência histórica.

MARABITANAS

Acima de São Gabriel, viviam em meados do século XVIII os índios Marabitanas, resto daquela gigantesca população gentílica que tanto atraíra a cobiça dos sertanistas preadores do braço nativo. Pacíficos, mantinham relações amistosas com os lusitanos, do mesmo modo que com os espanhóis do Cassiquiarí. Não se sabe mesmo de uma ação bélica daquela gente, em meio às dúvidas que sempre circulavam por entre os nativos, irritadiços ante a desenvoltura dos que tinham chegado de fora e se afirmavam os senhores da terra e das águas onde êles viviam.

Quando o capitão José da Silva Delgado iniciou o policiamento do alto Rio Negro, entre os pontos que ocupou, estavam as malocas dos Marabitanas, que não o receberam com reservas, antes até lhe facilitando o empreendimento político-militar a que ia. Ano de 1761.

No ano seguinte, às advertências de Filipe Sturn, Manuel Bernardo de Melo e Castro ordenou a ocupação mais eficiente da aldeia, onde devia ser construída uma casa-forte, que, com a de São Gabriel, barrasse as desenvolturas imperialistas dos espanhóis confinantes. Sturn, em ofício ao capitão-general, datado de 4 de agôsto, dissera : "Em quanto aos Dominios de S. Magestade, achey que a povoação dos Marabitanas seu Principal Dauêma, dista só duas horas de viagem da povoação do Uaycâua sugeita aos castelhanos, como já asima faço menção defromte da qual da parte do sul mais asima hu tiro de artilharia he que deliniey fazerse a Fortaleza quadrada e no meyo quartel para a guarnição com seu sobrado para o official, com hua estacada em roda que pode servir de fosso, e para este citio quer mudar o Principal Dauêma a sua povoação daqual foi

planta, como se deve fazer a dita povoação como V. Exa. verá no mapa geral que hey de remetter. Esta povoação será de 600 almas, e defromte desta, da parte do Norte mandey que serossasse outro roçado para formar outra povoação com sua fortaleza semelhante a primeira, para de todo refrear os castelhanos pois não tem outra passagem; neste ponto se acha o ajudante Francisco Roiz de Alferes Miguel de Siqueira; com quinze homens de guarnição e hua pessa de artilharia pequena" (19).

Aprovada a sugestão e o projeto da fortificação, foi encarregado da construção o ajudante Francisco Roiz, que já possuía boa experiência da região e em cuja lealdade e preparo as autoridades confiavam seguramente. Em dezembro, já as obras estavam quase concluídas. E Sturn, a título de verificar da execução perfeita de seu plano, subiu a examiná-la. Segundo a notícia que recolheu Alexandre Rodrigues Ferreira, que aliás dá errôneamente a Sturn num trecho de seu "Diário", o que mais adiante corrige, a autoria da construção, essa, na primeira fase das obras constou apenas de "dous baluartes da frente, a cortina delle e as dos lados, de estacaria de madeira de imbirarema, guariuba, massaranduba, paricarana, umirizeiro, etc. suposto que não foram de dura as que empregou, exceptuando a massaranduba e a paricarana, forão comtudo as que mais perto se acharão. Ficarão por concluir os outros dous baluartes, que devia ter na conformidade do desenho, assim como as obras da retaguarda. O tenente Joseph Maximo Salvago a cingio depois de estacaria aguçada de madeira paricarana, e principiou um fosso que pelo curso do tempo se entulhou" (20).

Erigida de madeira, a casa-forte não oferecia realmente segurança. E no entanto havia necessidade de manter-se a posição, pois os espanhóis não cediam em seus propósitos de

---

(19) — Seção de Manuscritos da Biblioteca Estadual Paraense.

(20) — **Diário**, cit., in Revista do Inst. Hist. Bras., tomo 48, pág. 206.

dominar aquela zona. Tanto assim que a êsse tempo, aproveitando certa má vontade dos nativos contra Francisco Roiz, conseguiram promover o levantamento geral daquela gente que abandonou os aldeamentos das circunvizinhanças de São José, passando para o território que a praça forte de São Carios, espanhola, estabelecida no Cassiquiarí, protegia com suas boas baterias e sua guarnição.

Não se fizeram modificações imediatas em São José. Mas aumentou-se-lhe a guarnição e equiparam-na com o necessário para qualquer emergência. Seria bastante ? Evidentemente não era bastante. Pelo que Filipe Sturn voltou a visitá-la e estudá-la no correr de 1764. Só, porém, em 1770 houve oportunidade para novas obras, que mais uma vez estiveram a cargo de Sturn, o homem, evidentemente, que devia construir tudo quanto no período colonial se construiu na Capitania de São José do Rio Negro.

Nesse ano, Sturn, com pôsto de encarregado geral e comandante da fronteira norte, atirou-se ao serviço. Escrevendo a Tinoco Valente, governador do Rio Negro, uma série de cartas, tôdas datadas de 2 de março, dizia-se inclinado a fazer obra sólida, de pedra e cal. O que existia parecia-lhe ainda insuficiente para conter os espanhóis : "para qualquer empreza se achão aqui dois baluartes, que guarnecidos de sua artilharia tem muita resistência". Para trabalho mais duradouro, de pedra e cal, requeria : 200 índios, rendíveis de três em três meses, índios que cultivariam a terra, a fim de haver permanente alimentação, e funcionariam nas tarefas de construção; 12 oficiais de pedreiros, 2 caboqueiros, 12 alavancas grandes, 12 pequenas, 20 alviões, 50 brocas, 50 pás de ferro, 50 enxadas, 50 colheres de pedreiro, uma tenda completa de ferreiro, com fole de dois ventos, uma balança grande, uma dita pequena, 8 quintais de ferro, 4 de aço e um enorme equipamento para carpinteiros.

Descrevendo o que encontrara e o que estava fazendo ainda de madeira, adiantava : "Os dois baluartes que dominão a

margem deste Rio estão terraplanados e guarnecidos das melhores madeyras, que pella sua qualidade prometem duração e feita a cortina, que principio, tem V. Exa. nelles hua vigorosa defesa nesta fronteira, havendo a competente artilharia de que demanda cada hum, e porque aqui entre nove pessas que ha so quatro de calibre de 5, e 6 se achão suficientes, e as mais inuteis, se fazem precizas mais doze do mesmo calibre para a completa goarnição de ambos os baluartes.

"Tenho prontas as madeyras para os outros dous que esperava concluir quando muito entre o Natal proximo e ao mesmo tempo mandar cortar e lavrar as mais para fechar de todo a obra me suspende a continuação della o novo acordo de se poder fazer de pedra porque desta ha bastante neste mesmo porto ainda que toda he de rocha viva, que sem grande força de braços, ferro e fogo não he facil separala e se o Exmo. Snr. General houver por bem assim determinalo será muito mais firme e duravel, sendo com cal em lugar de barro; lembrando sempre a V. S. que prezentemente está o ryo cheio e so tem logar tirarse a pedra na vazante..."

Não pudemos esclarecer como desejávamos se a solicitação de Sturn foi atendida. Nas pesquisas que realizamos na seção de manuscritos da Biblioteca Estadual Paraense, nenhuma peça nos trouxe luz a respeito, conquanto saibamos que ainda por duas vêzes Sturn requisitou o material suficiente para a obra como êle a desejava fazer. Essas requisições datam de 25 de maio e de agôsto, ambas de 1771. Nesse mês e ano, dia 31, o governador Tinoco Valente dirigia-se a Ataíde Teive, capitão-general do Pará, ao qual era subordinado, pedindo solução para o assunto, o que tudo indica que até então as obras prosseguiam utilizando-se apenas a madeira da floresta circunvizinha.

No entanto, havia urgência de uma resposta, que envolvesse autorização para executar-se o que o engenheiro planejara, porque os espanhóis, como que adivinhando ou informados por seus agentes secretos, — que os possuíam entre a gentilidade

de Marabitanas, — haviam trazido para a fortaleza de São Carlos, no Cassiquiarí, oito peças de artilharia de calibre 6, 5, 12, duas mil balas para as peças, vários "pedreiros", cunhetes de balas, com o que projetavam construir uma casa-forte no lugar São Filipe, situado nas proximidades de Marabitanas, no Rio Negro, e sítio que ao tempo de Francisco Roiz tinha sido por êles utilizado para uma povoação avançada.

Ao que parece, Marabitanas não sofreu as modificações para melhor que Sturn idealizara, como também seguramente não padeceu sob a aventura de ataque dos espanhóis, cuja soldadesca aos poucos desertou para o lado lusitano, impedindo que se materializassem os objetivos expansionistas que acalentavam.

Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira, já em 1782 a fortaleza estava em péssimas condições : "Uma grande pancada dágua, que sobreveio, acabou de demolir o baluarte arruinado". Os reparos que então se fizeram e pelos anos adiante não foram, porém, de vulto. Em 1783, por exemplo, o comandante de São Gabriel, de nome Marcelino Cordeiro, um dos soldados mais hábeis, disciplinados e capazes que Portugal teve no extremo-norte de sua colônia sul-americana, dizia ao seu superior em Barcelos da penúria que ia em Marabitanas, que podia ser considerada como inteiramente arruinada, aventando, a seguir, remendos, consertos que a poriam em condições de prestar serviços.

João Pereira Caldas, que chefiava a segunda comissão portuguêsa de limites com os territórios espanhóis, aprovando o que Marcelino projetava, ordenou-lhe a imediata reconstrução: "Conformo-me com o parecer de Vossa Mercê sobre o modo da reforma ou do conserto da sobredita fortaleza de Marabitanas, principiando nesta inteligencia pelos 2 baluartes da parte do rio e primeiro por um, para depois desse acabado, com o segundo se andar, de forma que sempre na fortaleza se conserve toda a possivel defença para inteiramente sem ella não ficar emquanto o resto de sua obra se não conclue.

"Se fará depois por detras a estacada, que Vossa Mercê propõe, e primeiro a de fora, pondo-se-lhe por dentro, nos intervalos dos paos outros, que melhor assim a fortifiquem, e a fação mais defensavel, emquanto com maior vagar se não empreende a segunda, e o aterro de entremeio; no que se obrará segundo as circunstancias das cousas, e o que se for observando de maior ou menor precisão. Se passará ultimamente á construção de quarteis e armazens, não sendo estes de demasiado e escusada altura, nem de grande extensão, pois que só se devem detalhar para uma proporcionada guarnição e seu correspondente fornecimento".

Nessa instrução, Pereira Caldas mandava que Marcelino Cordeiro obedecesse ao risco de Filipe Sturn, o qual "estará sem maior defeito de arte", empregando madeirame de boa qualidade, a fim de que "exposta não fique a uma menor duração".

Marcelino Cordeiro, com madeirame nôvo, construiu a frente da fortaleza. João Batista Mardel, outro militar que prestava serviços assinaláveis na Amazônia, fêz risco de outras obras, suprindo o que parecia mais necessário e urgente, enquanto se não executava, por inteiro, o plano de Sturn. Francisco Rodrigues Coelho, tenente, dirigiu êsses serviços.

Em 1784, quando Rodrigues Ferreira estadiou no lugar, encontrou de pé apenas a frente do que Filipe Sturn desenhara : "São dous baluartes e a cortina, que os fecha, servindo a madeira da sua construção de pedra e cal, que exteriormente reveste o aterro interior"..... "A fortificação, que serve de fechar os lados, e a retaguarda de uma estacada em quadro, de madeira aguçada; consta de uma só ordem de estacas, abertas em cada uma a sua seteira para os fogos de mosquetaria. Pela retaguarda sae fora um redente, que é a unica defesa daquelle lado, e tem seu postigo. Na estacada do lado que faz frente para a povoação fica a porta da fortaleza; e é de madeira xapeada de ferro".

"As suas obras interiores são, ao longo da cortina da frente e entre os baluartes, os quarteis do commandante e dos officiaes,

a casa do parque, e a que foi disposta para servir de capella. Correspomdem-lhe pelo outro lado os quarteis dos officiaes inferiores e soldados, uma casa que serve de enfermaria, o calabouço, o armazem e o tepujar da ferraria; as casas sim são proprias, porem todas ellas cobertas de palha; a que unicamente é coberta de telha e muito mal coberta é a da polvora; fica de frente da porta da fortaleza, entre os dois quarteis mencionados; não se deu á telha o declive preciso e por isso chove dentro da casa, e já as paredes ficavam arruinadas da humidade. Tambem o poço que havia no centro da estacada para nada servia, porque na profundidade da barreira não revia agua. Muita parte das estacas se achavão arruinadas de podridão e cerceadas á flor da terra; não sei se praticou a cautella de as tostar".

Pronunciando-se em 1852 sôbre o estado das defesas na Província, Tenreiro Aranha dizia, com relação a Marabitanas: "existe por tradição, porque delle apenas ha os vestigios; comtudo conserva-se um destacamento na povoação do mesmo nome, pela necessidade que ha de ter quem guarneça as nossas fronteiras por essa parte".

Três anos depois, o major de artilharia Hilário Maximiano Antunes Gurjão depunha, referindo-se à antiga praça e ao que encontrou: "Do antigo forte, que aqui havia, só restão os vestigios de dois baluartes e seis canhões desmontados". Marabitanas, como praça fortificada, deixara de existir. Era apenas uma reminiscência de natureza histórica.

SÃO JOAQUIM

O vale do Rio Branco foi disputado por quatro nações. Espanha, Portugal, Holanda e Inglaterra. Inicialmente, pelos holandeses, que mantinham colônia em Surinam. Contra êles se lançaram os portuguêses. Depois, os espanhóis, contra os quais também se lançaram os portuguêses. Por fim os inglêses, da Guiana Britânica, contra os quais já agiu o Brasil.

Na primeira fase, os holandeses, vindos da bacia do Esequibo, servidos em seus objetivos pelos Caribas, procuraram relações comerciais com as populações nativas do Rio Branco. Negociaram mesmo com certa intensidade com elas, numa infiltração que deu margem à acusação que circulou contra os Manaus, que dominavam o vale do Rio Negro e tinham começado a irradiar sôbre o vale do Rio Branco. Ajuricaba, que dirigiu a confederação dos Manaus e outros grupos gentílicos, padeceu a acusação de estar a serviço dos holandeses, o que não era certo, mas serviu para permitir a avançada lusitana, que penetrou no Rio Branco, depois de derrotá-lo, iniciando o preamento do braço indígena.

As ordens expedidas continuadamente de Lisboa, para que as autoridades belemitas não descurassem uma vigilância permanente e eficiente no Rio Branco, não tiveram, todavia, um cumprimento integral. Embora, a infiltração holandesa, sem apoio seguro, ordenado, foi fenecendo até que já na quinta década do século XVIII pudemos considerá-la encerrada.

Entre as cogitações para a defesa do Rio Branco, o governador Maia da Gama situou a da fundação de uma fortificação — ano de 1722 — para a qual solicitou a remessa de artilharia. A cogitação, embora louvada, não foi executada. A uma denúncia dada por Frei José de Madalena, que dirigia as missões carmelitas na Alta-Amazônia, denúncia encaminhada ao Conselho Ultramarino, êste ordenou uma investigação mais pormenorizada que foi efetuada ao tempo de Mendonça Furtado, ano de 1751.

O capitão-general, concluída a investigação, sugeria a imediata ocupação do vale riobranquense, com o estabelecimento de povoados e aldeamentos que significassem povoamento cristão. Antes, todavia, de conhecer da comunicação do irmão de Pombal pelo Conselho, S. Majestade, pela carta régia de 14 de novembro de 1752, ordenou-lhe a construção de "hua Fortaleza nas margens do Rio Branco, na paragem que conside-

rares ser mais propria, ouvidos primeiros os Engenheiros que nomearey para este exame, e que esta Fortaleza esteja sempre guarnecida com hua Companhia do Regimento do Macapá, a qual se mude annualmente".

A carta régia mandava que a construção fôsse realizada "sem dilação algua". Mesmo assim, ante as mil dificuldades que Mendonça encontrava como chefe da Comissão de Limites e governador do Estado, não houve cumprimento imediato. As entradas lusitanas no vale riobranquense prosseguiram, sem encontrar embaraços da parte dos concorrentes batavos, mas sem mostrar preocupação de ocupação colonial. Demais, as preocupações que dominavam no campo lusitano voltavam-se para o Solimões e para o Rio Negro, como já vimos e veremos, onde os espanhóis buscavam intrometer-se.

Mendonça Furtado não se desinteressava, contudo, do Rio Branco. Tanto assim que em 6 de julho de 1755 comparecia à presença do mano todo poderoso numa carta sôbre assuntos de seu govêrno, entre os quais abordava a necessidade da fortificação daquele vale.

Na sexta década do século XVIII, quando o perigo imperialista espanhol começou a ser percebido como envolvendo também o Rio Branco, então as autoridades portuguêsas atiraram-se a cuidados com a distante região. Assim, a 2 de setembro de 1762, o Ouvidor do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa, solicitava a providência da fortaleza "não só para freyo e terror, mas porque feyta que seja hão de os indios querer-se aldear ao pé, e a sombra della". Três anos decorridos, vinham ordens de Lisboa para exercer vigilância constante sôbre atividades suspeitas na direção do rio. Só dez anos passados, porém, o remédio da fortificação passava a ser uma realidade.

Os espanhóis, na sua expansão continuada para o vale amazônico, contidos no setor do Rio Negro, procuraram melhor êxito pelo setor do Rio Branco. Não encontrando obstáculos, instalaram-se em fins de 1775 no Uraricoera, afluente do Rio

Branco. As autoridades portuguêsas sabedoras da ocorrência, apressaram-se na defesa do território da Capitania, organizando uma expedição militar que deveria expulsar os estrangeiros. Tanto o Ouvidor Ribeiro de Sampaio como o governador Tinoco Valente, a essa altura e diante do que se estava passando, dirigiram-se ao capitão-general Pereira Caldas, insistindo em que a fortificação decretada em 1752 devia quanto antes ser efetuada. Dizia o primeiro "a dita obra, agora se deve julgar necessaria". O segundo : "Constando-me que em outro tempo se projetara huma fortaleza no dito Rio Branco, eu a lembro a V. Exa. parecendo-me justa".

Pereira Caldas concordou com a construção imediata : "de fazer ao mesmo tempo alli constituir alguma proporcionada Fortificação, que, prezidida de huma competente guarnição, possa so conter-nos em segurança contra quaesquer dizignios, e insultos dos referidos Hespanhoes e Holandezes. . ."

Para a expedição militar e para a execução das obras de fortificação, tanto Pereira Caldas como Tinoco Valente lembraram-se imediatamente de Filipe Sturn, "por ser professor de engenharia, e porque adquirir gentio tem mostrado notavel prestimo. . ." Caldas, intimando Tinoco para a emprêsa, dissera-lhe : ". . . e mandará V. S.ª logo ahi recolher das cachoeiras o capitão engenheiro Filippe Sturn (se nisso não considerar inconveniente) para ser elle o que vá delinear a determinada fortificação, e escolher a situação, que para elle se julgar mais propria, e interessante, que considero será a da juncção dos dous rios, ou braços Uraricoera e Tacutú, como mais natural a prevenirmo-nos contra os intentos e insultos de huns e outros vezinhos; ficando porem sempre a fortaleza dominando portoda a parte, e de nenhuma dominada, no que deve haver a maior attenção, como circunstancia de que inteiramente depende a sua boa defença, e conservação.

"A dita fortificação se deve, por ora, unicamente reduzir a qualidade de obra pouco dispendioza, e que só baste a cobrir, e defender a guarnição que alli se determinar, mais prezentemen-

te, por segurar-mos na nossa posse, e atalharmos os passos dos vezinhos confinantes do que por esperarmos, e se recear dellas alguma invazão"..... "P. S. — Lembra-me prevenir a V. S. que se a projetada fortificação senão poder construir tanto asima, como se pertende, por lhe obstar algum embaraço, se fará logo, que para baixo se reconhecer competente situação; mas quanto mais em sima ficar, tanto mais nos segurará na nossa posse".

E, pouco depois, alongando-se em considerações militares e políticas em tôrno à conjuntura, voltava a insistir no cumprimento de sua ordem sôbre fortificação : "Conseguida, pois, a acção com a felicidade, que eu me esperanço, se deve immediatamente cuidar na fortificação, que na minha referida ordem, determinei a V. S. de fazer erigir na parte, que mais vantajosa se reconhe-se; dando-se-lhe logo principio e procurando-se concluir com a maior brevidade, que for possivel; destinando-lhe V. S. huma competente guarnição, e o numero de indios, que julgar preciso; principalmente, emquanto a obra durar; fazendo V. S. praticar no mais, as deligencias, que lhe tenho prevenido e dando-me de tudo conta para me ser prezente, e eu o fazer igualmente á Corte, como he de minha obrigação".

Filipe Sturn, inteirado da vontade de seus superiores, fêz-se de marcha para o Rio Branco. Sem hesitações, enfrentou o inimigo, que dominou fàcilmente, assenhoreando-se de tôdas as posições que êle tinha montado e restabelecendo ou instalando em definitivo a dominação lusitana. Passando, depois, à execução dos trabalhos de fortificação, ao mesmo tempo que examinava a rêde hídrica onde se encontrava, da qual levantou mapa, remetido para Lisboa, escolheu a bôca do Tacutú para a fortaleza : "importante para embaraçar os passos aos Hespanhoes, como também aos Hollandezes, em cuja boca pertendo fabricar a fortaleza". Mês de novembro de 1775.

Em dezembro, já os serviços avançavam, com a colaboração do gentio. A 1.º de janeiro, referindo o adiantamento, Sturn

comunicava a Tinoco Valente : "A Fortaleza vai feita de pedra, e barro, que tenho alguns soldados meios pedreiros e carpinteiros tambem o são, com que se ha de remediar a obra"... ....."Os quarteis desta Fortaleza he muito precizo serem cobertos de telha, parecendo a V. S. que se faça neste citio, não falta barro, e bom; e será precizo vir o Pedr°. Jeronimo para fazer o forno; e tanto que elle estiver acabado, se recolherá para essa villa".

Entre 1787-1788, Manuel da Gama Lôbo d'Almada, engenheiro militar que substituiria Pereira Caldas na direção da segunda comissão de limites e governaria a Capitania de São José do Rio Negro, visitando a fortaleza, escrevia sôbre ela as impressões que vão adiante : "A fortificação que temos no Rio Branco, se reduz a hum forte de campanha dos mais pequenos. O lado em que está situada a porta, he fortificado por huma pequena cortina, flancos e faces. A mesma construção quazi se observa no lado oposto. O lado que está lançado sobre a margem do Tacutú, quazi na mesma direcção do rio, vem do angulo saliente, e a pouca distancia entra com huma perpendicular para o centro do forte e vai cahir perpendicularmente sobre o outro lado parallelo ao que fica mais sobre a margem do rio. O forte he construido de pedra e barro. Pela sua muita estreiteza não tem fogo de apoio e protecção. Os terraplenos incapazes pela sua muita pequenez para nelles mandar a artilheria, que consta de doze peças de ferro de calibre de 6 até huma quarta. Os parapeitos lançados de pedra e barro, improprios para cobrirem os defensores. Nem tem huma rampa por onde marche huma peça de artilheria"..... "O logar em que está assentado o forte he com muita propriedade, mas não he sem defeitos, pois a sueste e a leste quarta de Nordeste, e ainda mesmo a Leste, tem terrenos dentro do alcance da artilheria, que de algum modo commandão sobre o nivel, que corre pela parte superior dos parapeitos. Comtudo o forte está situado em logar competente, porque protege a passagem do Rio Branco na altura em que confluem os rios Tacutú e Uraricoera, defendendo

ambos estes dois canaes, por onde as nações estrangeiras confinantes se poderão communicar para o Rio Branco".

Almada, após a crítica, sugeria a mudança do estabelecimento. A mudança, apesar da indicação do futuro brigadeiro, que se enamorara do vale riobranquense, não foi levada a cabo. Parece mesmo que não entrou nas cogitações oficiais. São Joaquim, nome que se dera à praça, continuou na mesma posição, com guarnição que variava entre 40 e 50 homens. Sua eficiência era expressiva. Pois que jamais os espanhóis se atreveram a penetrar o vale. Servia de base às explorações científicas que comissões lusitanas realizaram. Servia de base para tôdas as operações coloniais e civilizadoras que as autoridades empreenderam com sucesso.

Sua história política, que não nos vai interessar no momento, foi importante. Porque se confunde com a história diplomática, a história de nossa soberania, posta em jôgo, depois da independência, quando os inglêses, partindo da Guiana, buscaram o vale, tentando instalar-se nêle. São Joaquim recebeu a visita de altas autoridades nacionais, inclusive comandantes das armas e presidentes de Província, além de comissões técnicas, que lhe examinaram a eficiência, como lhe verificaram a significação como marco assinalador de nossa integridade territorial.

Em 1852, pela informação de Tenreiro Aranha, sua valia era pequena : "... o forte de S. Joaquim é de pequena importancia, e defeituoso na sua construção; mas convem conserval-o, por ser o unico ponto fortificado, que possue a provincia por esse lado".

Em 1875, estando a desmoronar uma parte, além de outras ruínas, o tenente-coronel Clarindo de Queirós dirigiu os consertos que se faziam mais urgentes. A muralha que desabava, foi reconstruída e elevada mais 0,3 metros. O tenente-coronel honorário Pedro Jaime Lisboa, nesse particular, mereceu louvores. Sua atividade, como comandante da praça, era impressiva. Diferindo intensamente, como proclamou Clarindo de Queirós,

dos que anteriormente haviam passado pelo comando, os quais se distinguiam pelo desinterêsse que manifestavam e pelos estragos que a fortaleza padeceu em conseqüência dêsse mesmo desinterêsse.

Do forte, na atualidade, há apenas ruínas. A guarnição, que mesmo no comêço da República nêle residiu, está presentemente em Boa Vista. São Joaquim é apenas, como os fortes sôbre os quais escrevemos as páginas anteriores, um monumento de natureza e valor histórico-artístico.

TABATINGA

A irradiação lusitana pelo Solimões encontrou, a tentar dificultar-lhe a caminhada, como no Rio Negro, o elemento espanhol. No Solimões, porém, adiantando-se seguramente os espanhóis tinham chegado com ares mais seguros, utilizando o missionário que conseguira êxitos admiráveis e iniciara o domínio conquistando a colaboração do gentio. Últimas décadas do século XVII. Logo na primeira década do século seguinte, os portuguêses conseguiram, pela fôrça das armas, estender a sua soberania até o Javari, preparando-se para irradiar e marcar fronteira no Napo, onde o governador Maia da Gama desejava fazer montar uma fortificação. Os portuguêses, com êsse projeto, sustentavam o ponto de vista de que ali é que deviam raiar as duas monarquias, dado que no Napo, confluência do Coca, fôra fixado o ponto mais distante do território lusitano na Amazônia, trecho de oeste, por Pedro Teixeira, no ano de 1639.

Estabelecidos ao longo do Solimões, através os aldeamentos que os Carmelitas montaram, em substituição às Missões que os Jesuítas espanhóis tinham fundado, os lusitanos, por volta da quinta década do século XVIII, principiaram a preocupar-se com aquela zona, que devia ser fortificada, visto que os vizinhos davam mostras de desejar ampliar para leste as suas fronteiras.

Mendonça Furtado, quando veio dirigir a primeira comissão de limites, muito naturalmente, por isso, ordenou que em vários pontos do rio se instalassem destacamentos. O capitão Aniceto Francisco de Carvalho, expedido em 1757 para evitar desatinos e conseqüências desastrosas dos soldados que se haviam rebelado em Barcelos e tomado a direção da fronteira espanhola, levou em suas instruções a de localizar-se na aldeia do Maturá, onde levantaria aquartelamento suficiente. Êsse aquartelamento seria a primeira posição de importância militar na zona solimônica. No ano de 1759, deslocara-se de Maturá para São José do Javari, elevada à categoria de vila e ponto mais extremo da Capitania na direção oeste. A guarnição era importante e comandada por oficial de alta patente.

Os espanhóis continuando no propósito que não escondiam de empurrar a fronteira de Mainas, nome de seu território extremo leste no Maranon, as autoridades da Capitania do Rio Negro sentiram a necessidade de acautelar mais vivamente a soberania lusitana, com uma praça mais fortemente preparada. O governador Melo e Póvoas, em 1759, verificara os perigos a que estava exposta aquela região. Seus sucessores, por seu lado, se não conheceram diretamente dêsses perigos, não deixaram de ser avisados pelos comandantes militares e diretores de povoados do que os espanhóis afirmavam. Valério Correia Botelho, por exemplo, em 1762, sabedor dos planos imperiais dos vizinhos, expediu para o Solimões um grosso destacamento, sob o comando do capitão Inácio Soares de Almeida, com ordem para "se ir postar no citio que lhe paressece ventigoso e de onde possa empedir quaesquer passo dos castilhanos". Imaginava-se, na Capitania, a êsse tempo, que o inimigo a atacaria mais seguramente e fàcilmente por êsse setor, onde havia menos segurança. Porque, pois, não adotar com relação ao Solimões a mesma orientação que se seguia com relação às demais fronteiras ?

Valério Correia Botelho, militar, conseqüentemente um funcionário que compreendia melhor a gravidade da situação e

os meios de que se valer para manter o domínio do território cobiçado, decidiu tomar aquela providência : "Por me parecer que não erão bastantes as providencias que se achão dadas em o rio Sulimões para a segura defeza daquella principal fronteira determinei mandar fazer em a villa de Javary hua caza forte pello risco que com esta remetto a V. Exa., expedindo para esse effeito desta villa em o dia 25 de outubro o tenente Sebastião de Siqueira Pantoja com ordem para fazer a dita caza, e render o alferes Barnabé Pereira Malheiros que pella sua antiguidade naquelle posto se fazia já digno deste socorro; e suposto que a circonstancia de ser o destacamento do Javary o mais principal daquelle rio podia nelle asestisse o capitão Inacio Soares de Castro; deixei comtudo de assim resolver por ahora em rezão de levar o dito tenente particulares instruções do capitão Felipe Sturn para a factura da dita caza forte, para a qual ha tãobem concorrer a fecelidade com que o dito tenente compreendeo as ponderadas instruções e a inteligencia que mostra ter seu irmão que com elle foy para a obra da mesma fortificação" (21).

Metendo mãos à obra, o tenente Pantoja começou a fortificação. Sôbre ela, Sturn, que fizera o risco conforme êle próprio refere em carta de 22 de dezembro a Manuel Bernardo de Melo e Castro, escrevia na citada epístola : "Esta ultima já agora estará em bons termos, pella actividade do tenente Pantoja, a quem encarregou o mesmo Governador da sua factura, eu tãobem dey as instruções não só ao dito tenente mas tãobem a seu irmão para a boa execução da dita fortaleza".

Com a retirada do tenente Pantoja, as obras não prosseguiram. E do pouco que se levantara, já em setembro de 1764 dizia o governador Tinoco Valente que se estava perdendo, pois fôra feito de madeira que apodrecia ràpidamente. O

---

(21) — Ofício de Valério Correia ao capitão-general do Pará, datado de 18 de novembro de 1762.

remédio da fortificação, todavia continuava a ser encarado como o único de resultado seguro, tanto mais quanto os espanhóis não se cansavam em demonstrações cada dia mais suspeitas. Em 1765, já falavam em vir estabelecer um povoado no sítio denominado Tabatinga. Ataíde Teive, capitão-general do Pará, apressando-se em fazer mangrar os intentos dos concorrentes estrangeiros, mandou, então, a 7 de setembro dêsse ano, que Tinoco Valente agisse com rapidez, adiantando-se a êles : "Quanto a publicarem que faram povoaçoens no sitio dos Tabatingas, e por baixo da villa de São José do Javary aonde esteve antiguamente a villa de Olivença, não creyo que se atrevam a isso, comtudo sempre V. S. buscará saber de algum modo, se existem naquelle intento, porque nesse caso deverá V. S. adiantar o passo que lhe insinuarei com a sua resposta".

Só, porém, em 1768 é que Tabatinga foi ocupada. Não pelos espanhóis, mas pelos portuguêses, iniciativa partida do alferes Francisco Coelho, "que achando-se destacado em São José do Javary mandou postar hum destacamento de hum Sargento e nove soldados no Rio Solimões distante dose legoas de viagem para cima no sitio chamado Tabatinga". Aprovada a iniciativa, como fôra, no ano anterior, a da fixação ali de um núcleo urbano, os espanhóis protestaram. Não foram tomadas em consideração as reclamações. Ataíde Teive, ao invés de ordenar a evacução que pleiteavam, a 26 de julho ordenou a Tinoco Valente : "O sitio denominado de São Francisco Xavier da Tabatinga, e ocupado por alguns dos soldados, que se achavão no destacamento de São José do Javary, convem muyto conservalo, comtanto que não seja cauza de disputa por estar proximo das povoaçoens dos hespanhoes.

"As vantagens que se podem esperar de huma nova povoação naquelle terreno, sendo verdade as informaçoens do sargento-mor Diogo Luiz, interessam-nos e não se deve poupar despeza para o conseguir. Por isso tomadas as mais acertadas medidas, me parece conveniente que V. S. dê as suas ordens,

para a levantar logo, sendo a igreja o primeiro edificio para que se possa celebrar o Santo Sacrificio da Missa, quando a distancia da Fortaleza do Javary seja tal, que dificultasse hirem ali ouvila os novos povoadores. E examinando V. S. com toda a exação a longitude a que fica o referido sitio da sobre dita fortaleza, remeta na primeira occasião clareza alguma para que disto eu seja informado".

Em 22 de setembro, confirmava : "A respeito do destacamento postado no sitio de São Francisco Xavier da Tabatinga, não tenho que inovar, e confirmo o que em outra tratei a este assumpto".

S. Majestade, por sua vez, foi informada do passo dado. Em 9 de janeiro de 1769, deu o seu aplauso : "O mesmo Senhor aprova tudo o que se praticou ao dito respeito, e ordena que se conserve o dito destacamento; recommendando V. S. ao commandante delle a prudencia com que se deve haver contendo os soldados de sorte, que não pratiquem a menor desordem, que dê occasião a motivo de queixa desses inquietos visinhos, e nomeando V. S. sempre para commandante do dito destacamento o official de quem fizer mais confiança".

Ataíde Teive, ao mesmo tempo que comunicava a Tinoco Valente a aprovação real, ordenava-lhe (8 de junho) que o comandante de São José do Javari se transferisse para Tabatinga, deixando ali a substituí-lo um sargento. O sargento-mor Domingos Franco de Carvalho, por ocasião da instalação do destacamento em Tabatinga, ano de 1768, fundara um povoado de nativos. Agora era oportuno construir ali a casa-forte que se começara no Javari.

Em 1770, João Pereira Caldas, tendo recebido instruções régias para montar uma feitoria no Javari, achou mais conveniente situá-la em Tabatinga. O sargento-mor Diogo Luís de Barros e Vasconcelos foi então encarregado do serviço. O alferes Francisco Coelho, de seu lado, aos poucos ia transforman-

do Tabatinga num pôsto em condições, construindo aquartelamento e igreja. Em abril, por exemplo, comunicava ao governador da Capitania, que além de tais próprios, havia mais casas para colonos e para oficiais.

As obras de fortificação não tiveram início imediato. O que se fêz, mais tarde, em data que até o presente não conseguimos verificar com a exatidão necessária, constou de "um exagono irregular de madeira grossa de 7 palmos de projeção vertical, e destituido de reparo interno, de palissada, e de esplanada : servem de fosso de uma parte o rio, e da outra a cortadura, que faz o mesmo rio, e que mette por ella uma exigua corrente quando enche..."

Em 1823, o capitão Caetano Alberto Teixeira Cavalcante, que o comandava, descrevia-o : "O Forte está construido em ponta de terreno alto e firme em doce escarpa para os dois lados do matto, e pouco ingreme para a parte do mar : a sua construção material he de pranchas de madeira pregadas em duas travessas parallelas a roda da magistral e do pé da muralha, sem outro revestimento : o seu plano interior he irregular quasi no mesmo nivel com o da campanha das habitações, do mar e do maior lado do poligono, e profundo he menor. Feixou-se huma canhoneira, como já se deu parte, rasgada desde a construção do forte no angulo saliente do baluarte A : não só neste angulo, em todos os outros, e como em tudo o mais arruina he ja irreparavel; por causa da podridão da madeira e das travessas mencionadas, que a ligam : não tem banqueta : as plataformas são colocadas em estivas. Em geral todo o madeiramento, que só afeta rigez, fraca resistencia tem; por se achar occo, e solapado... com as referidas pranchas e travessas podres, oferecendo vazoens que, apesar de se taparem de madeira, mui pouca resistencia tem; por se não poder esta pregar nas travessas sem abalo das pranchas, cujo estado já se ponderou. Nesta mesma

occasião, em que se fez esta reparação, se levantou outra vez; por não ficarem expostos os defensores" (22).

São Francisco Xavier de Tabatinga, como estabelecimento militar estava encerrando sua primeira fase. Servira aos interêsses magnos dos portuguêses na luta que sustentavam para conter os espanhóis. Chegada a hora da independência, sua eficiência desaparecia. Tanto que nos entreveros da Cabanagem, nem mesmo serviu de apoio a quantos se mantinham fiéis à legalidade. Sua guarnição cometeu mesmo a miséria de abandonar a praça, internando-se em território do Peru.

E' preciso que fique registrado nesta oportunidade, que antes dêsse acontecimento tão triste, no fim de contas um pedaço da história da fortaleza, que foi perante sua guarnição que os últimos contingentes espanhóis da região de Mainas se renderam, preferindo declarar finda a missão política de Espanha naquela zona da Amazônia ante soldados de outra nação a fazerem-no perante os grupos de patriotas que tinham vencido a partida. Com a rendição, os soldados espanhóis entregaram grande quantidade de material de guerra, inclusive artilharia, que, mais tarde, a uma reclamação do govêrno de Lima, as autoridades brasileiras, depois de estudado o assunto no Rio de Janeiro, entregaram aos nossos vizinhos peruanos.

Encerrando seu primeiro ciclo, Tabatinga, sob o Império, até 1870, têve sua vida decorrendo por entre uma decadência alarmante, apesar de esfôrço de alguns de seus comandantes. Tenreiro Aranha, por exemplo, em 1852, escrevia : "acha-se em soffrivel estado". Dois anos decorridos, João Wilkens de Matos, que acompanhara o presidente do Amazonas, na qualidade de seu secretário, até Nauta, no Maranon peruano, depunha no diário de viagem : "actualmente só existe parte da estacada,

---

(22) — Descrição feita pelo capitão Caetano, acompanhando o ofício de 24-8-823, do comandante das armas do Rio Negro, Joaquim José Gusmão.

mostrando a figura de um parallelogramo com o lado menor sobre o rio, e das 9 bocas de fogo de bronze e de ferro (4 de calibre seis, 3 de um, e 2 de 1½), ainda existem duas de bronze de seis, desmontadas".

Nos relatórios dos presidentes da Província do Amazonas, tôdas as referências a Tabatinga, como aos outros fortes, anunciam decadência, desmoronamento de trechos, apodrecimento do madeirame.

Com a vinda da comissão que o govêrno imperial nomeou em 1870, Tabatinga conheceu vida nova. Porque tanto o coronel Tibúrcio como o coronel Clarindo de Queirós trabalharam a rigor, reconstruindo tudo. Da fortaleza havia apenas a memória. Dos edifícios para a sede do comando, paiol de pólvora, quartel, rancho, nada aproveitável. Os canhões, montados sôbre reparos estragadíssimos, e tendo por leitos plataformas de madeira já arruinadas. O mato invadira o terreno onde existira a fortificação. A comissão, como é de ver, trabalhou intensamente. Entre outras coisas, só no primeiro ano: construção de uma casa para o comando, quartel, casas para residências dos soldados casados, oficinas de carpintaria, forno de alvenaria. Essas obras, sem ainda o caráter de permanência, pois os recursos financeiros não permitiam nem as ordens impunham.

Em 1873, já com recursos mais amplos, foi então possível construir um grande quartel, residência para comando e oficiais, igreja. Quanto à fortificação, pròpriamente dita, Clarindo de Queirós levantou entrincheiramentos substituiu o material imprestável, reparou e retificou baluartes, substituiu plataformas. Quase que uma fortificação nova, que atravessou os últimos tempos do Império e veio até à República. A ação das águas, solapando o barranco, que não foi sustentado convenientemente, encarregou-se de destruir aos poucos o que a comissão imperial reconstruíra ou mesmo construíra. Na atualidade, da

praça nada resta. O destacamento que guarda a fronteira tem aquartelamento em edifícios de recentíssima construção. Do Forte de São Francisco Xavier, todavia, apenas um ou outro canhão que lhe recorda a história.

bibliografia

BAENA, — **Compêndio das Eras, Belém,** 1838.

BAENA — **Ensaio Chorographico do Pará.**

ARAÚJO E AMAZONAS — **Diccionario Topographico**, Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas.

BERTINO MIRANDA — **A Cidade de Manáos.** Manaus, 1908.

RIBEIRO DE SAMPAIO — **Diário da Viagem.** Lisboa, 1825.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA — **Diario da Viagem Philosophica, in** Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, tomos 48 e 50.

JOAQUIM NABUCO — **O Direito do Brasil.** Rio, 1941.

JOAQUIM NABUCO — **Annexes du Premier Memoire du Brésil.** Paris, 1931.

ARTHUR C. F. REIS — **História do Amazonas.** Manaus, 1931.

ARTHUR C. F. REIS — **Manáos e outras vilas.** Manaus, 1934.

Relatórios da Presidência da Província do Amazonas. Rio, 1907.

Códices, 14, 20, 22, 36, 41, 590, 1089, 1102.

Esta obra foi executada nas oficinas da Editôra Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmento, 78 — Manaus, para o Govêrno do Estado do Amazonas.

AVISO

DEVIDO AO TAMANHO ORIGINAL DO DOCUMENTO. NÃO FOI POSSÍVEL DISPONIBILIZAR O SEU CONTEÚDO NA ÍNTEGRA. PARA TER ACESSO AO ARQUIVO DIGITAL COMPLETO, POR FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A GERÊNCIA DE ACERVOS DIGITAIS NO CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA.

FONE: (92) 2125-5330
FAX: (92) 2125-5301

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA